



Teresina Luz S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em Reais)

1. Contexto operacional

A TERESINA LUZ S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, que tem sede e foro na rua Guaporé, nº 2603, sala 06 e 07, Bairro Primavera, CEP 64.007085, na cidade de Teresina, estado do Piauí.

A Companhia foi constituída em 5 de dezembro de 2019, com registro na Junta Comercial do Estado do Piauí em 16 de março de 2020. Foi constituída para execução do Contrato de PPP “Parceria Público Privada” firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal de Teresina Estado do Piauí, que tem como objeto a eficientização e gestão do parque de iluminação pública do município. O prazo de concessão é de 20 anos, contados a partir da data de prestação dos serviços que se iniciou em setembro de 2020. Desde este início até o encerramento das demonstrações financeiras a Companhia havia instalado 98.531 (não auditado) pontos de iluminação em LED.

Foi impetrado mandado de segurança pela Zoconi, 2º colocado no processo concorrencial, em desfavor da Brasiluz Eletrificação e Eletrônica LTDA, líder do consórcio, sob o número 083028047-2019-818-0140, em trâmite na 1ª vara dos feitos da fazenda pública de Teresina/PI, com deferimento do pedido de tutela para suspensão do processo licitatório nº 042.002249/19. No TJ/PI, o consórcio suspendeu os efeitos da decisão com o pedido de tutela nos autos do agravo de instrumento nº 0715483-90-2019-818-0000.

Em junho de 2021, foi apresentado Recurso de Apelação pelo Consórcio Teresina Luz, o qual não foi provido pela 6ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Piauí, mantendo-se a sentença de 1º Grau, com a publicação do Acórdão em 23/03/2022. Atualmente foi interposto Embargos Declaratórios pelo Consórcio Teresina Luz, a ser apreciado. Segundo relatório dos advogados patrocinadores da causa, a probabilidade de perda é remota, portanto, o risco de afetar as operações e resultados desta concessão é considerado baixo, principalmente em razão do provimento do Recurso de Apelação interposto pelo Consórcio Teresina Luz, que reforma a sentença proferida na Ação Anulatória de Contrato - Processo nº 0821688-77.2020.8.18.0140, que visava anular o contrato de concessão.

1.1. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 27 de março de 2026.



2. DESEMPENHO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

2.1. Descrição das atividades realizadas

Conforme objeto do contrato, Teresina Luz S.A. realiza atividades relacionadas à implantação, a instalação, a recuperação, a modernização, o melhoramento, a efficientização, a expansão, a operação e a manutenção da rede municipal de iluminação pública do município de Teresina - PI.

Importante destacar que o contrato foi executado em fases distintas, todas elas cumpridas com êxito pela Concessionária, sendo:

- **FASE I – Assunção dos Serviços e Planejamento para a Modernização e Efficientização da Rede**

Na data de eficácia, a CONCESSIONÁRIA assumiu a prestação dos serviços de manutenção na rede municipal de iluminação pública inicial, conforme previsto em seu PLANO DE TRANSIÇÃO e em observância às obrigações e especificações do CONTRATO e seus ANEXOS.

- **FASE II – Implantação da Modernização e Efficientização**

Após cumpridos os requisitos da FASE I, a CONCESSIONÁRIA deu início à fase de implantação de todos os marcos de modernização e efficientização da rede municipal de iluminação pública, incluindo a implantação do sistema de telegestão e das unidades de destaque previstos no plano estratégico.

No período de janeiro a dezembro de 2025, a concessionária não realizou efficientizações, devido ao cumprimento integral das modernizações nos marcos definidos contratualmente na FASE II.

No tocante à operação e manutenção do parque de Iluminação Pública, os serviços incluem a instalação e substituição de cabos, braços, fusíveis, lâmpadas, fiação, relês, reatores, conectores, postes etc.

2.2. Descrição dos investimentos e desembolsos realizados

Os principais desembolsos realizados no período de janeiro a dezembro/25 foram para a aquisição e instalação de novas luminárias, projetores, equipamentos de telegestão e acessórios, incluindo materiais como cabos, braços, postes etc. O montante dispendido com investimentos no período foi de R\$ 15.953.780,09.



2.3. Descrições do cumprimento das metas, do Cronograma de Modernização, e Eficientização Energética, do Fator de Desempenho Geral e; do Fator de Modernização e Eficientização

A concessionária atingiu todas as metas do ano de 2025. Com relação à eficientização energética, houve significativa economia de energia em razão do volume de pontos modernizados desde o início da concessão, atingindo uma economia da ordem de 72,15%.

Quanto aos índices de desempenho aplicados sobre a receita, apenas 01 evento isolado ocorreu, sem impactos significativos na nota do ID (Índice de Desempenho) e consequentemente sem impactos financeiros ou reflexos no bom andamento dos serviços.

2.4. Descrição das obras realizadas

As obras realizadas no período englobam tanto implantação de equipamentos de telegestão, quanto as ampliações do parque, com a instalação de novos pontos de iluminação dos tipos ponto novo parcial, ponto novo completo, ponto escuro e ponto de IP terceiro, com serviços que incluem a instalação de braços, de luminárias, postes, cabos etc.

2.5. Descrição das atividades de manutenção

As atividades de operação e manutenção realizadas no período de janeiro a dezembro de 2025 estão relacionadas aos serviços de instalação e substituição de cabos, substituição de braços, postes, fusíveis, luminárias LED, fiação, relês, etc.

Neste período, a concessionária dispendeu R\$ 13.828.941 com a manutenção do parque.

2.6. Descrição dos eventuais períodos de interrupção dos serviços e suas justificativas

Não ocorreram interrupções dos serviços no período.



3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Bases de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, determinadas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como pelos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), divulgadas de forma comparativa com as do exercício anterior.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 4.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Teresina Luz S.A. e, também, a sua moeda de apresentação.

3.3. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo. Aplicações financeiras, quando existentes, são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.



3.5. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e possuir um padrão real recente de obtenção de lucros em curto prazo; ou
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

b) Mensurados ao custo amortizado - São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

c) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge - Durante os exercícios de 2025 e de 2024, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de *hedge*, *swap*, contratos a termo e outras) e realiza a avaliação de seus ativos e passivos financeiros. Os valores de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos tais como: disponibilidades e títulos e valores mobiliários, registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2025, não apresentam valores de mercado significativamente diferentes dos reconhecidos nos balanços, considerando os critérios de atualização contratados.

Nas atividades operacionais não há exposição significativa a riscos de mercado relacionados a variações cambiais. A Empresa adota políticas e procedimentos para administrar situações e que possa haver impactos decorrentes desse risco.



Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa e suas controladas estão determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

Como consequência, tais estimativas podem não refletir, necessariamente, os montantes que poderão ser efetivamente realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas.

3.6. Ativos e passivos circulantes

Ativos são demonstrados por seu valor de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de encargos incorridos, quando aplicável. Os direitos realizáveis e as obrigações, quando vencíveis após 12 meses subsequentes à data do balanço, são considerados como não circulantes.

3.7. Os créditos a receber

São registrados pelos valores prováveis de realização, quando aplicável líquidos de provisão para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

3.8. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou produção. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na Nota 12, levando em consideração o prazo de vida útil estimado dos bens.

Um item do imobilizado é baixado quando alienado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Qualquer ganho ou perda na baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda do ativo e seu valor contábil) é reconhecido no resultado no exercício em que o ativo for baixado. Se houver qualquer indicação de uma mudança significativa na taxa de depreciação, no prazo de vida útil ou no valor contábil líquido de um ativo, a depreciação desse item é revisada de forma prospectiva para refletir as novas expectativas.



3.9. Provisões

A Companhia reconhece um gasto como provisão quando: (a) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (c) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

3.10. Redução ao valor recuperável

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.11. Impostos sobre vendas e serviços

Estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições obrigatórias, de acordo com as alíquotas demonstradas a seguir:

Impostos e Contribuições Sociais	Alíquotas
PIS	1,65%
COFINS	7,60%
ISS	3,00%

Essas despesas são demonstradas como deduções de vendas no resultado. Os créditos decorrentes de PIS / COFINS não cumulativos são registrados como dedução do custo de vendas no resultado ou como créditos fiscais diferidos quando decorrentes de eventos sujeitos a realização futura.

Sobre as receitas financeiras há incidência de Cofins e ao PIS, com alíquotas de 4% e 0,65% respectivamente.



3.12. Novas normas, alterações e interpretação das normas

(a) Alterações de normas adotadas pela Sociedade

A seguinte alteração de norma foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

NBC TG 18 (R4) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28 - Em 3 de outubro de 2024 o CFC publicou a alteração NBC TG 18 (R4) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28. Esta Norma entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2025. Entretanto, em razão de sua aplicabilidade, não houve reflexos sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

(b) Normas novas que ainda não estão em vigor

NBC TDS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade - Em 29 de outubro o CFC publicou a aprovação dessa norma que exige que a entidade divulgue informações sobre todos os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que poderiam afetar razoavelmente os seus fluxos de caixa, seu acesso a financiamento ou custo de capital no curto, médio ou longo prazo. Os riscos e oportunidades são conjuntamente referidos como "riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que poderiam afetar razoavelmente as perspectivas da entidade". Essa Norma também prescreve como a entidade deve preparar e comunicar suas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade, estabelecendo requisitos gerais para o conteúdo e a apresentação dessas divulgações.

Esta Norma deverá ser aplicada aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, e não deverá ter impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade.

NBC TG 51 (IFRS 18) - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - Publicada pelo CFC em dezembro de 2025, esta norma alinha o Brasil ao padrão internacional **IFRS 18**. Essa norma substitui o CPC 26 (IAS 1) e altera profundamente a estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), criando novas categorias de receitas e despesas (vendas, operacional, investimentos e financiamentos). Embora a aplicação obrigatória seja para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, as empresas necessitarão preparar os dados comparativos já em 2026.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam vir a ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.



4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

São continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos corresponde à expectativa de tempo de realização do ativo financeiro derivado do contrato de concessão.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados da seguinte forma:

	31.12.2025	31.12.2024
	R\$	R\$
Caixa	3.048	3.048
<u>Bancos conta movimento:</u>	42.516	442.267
Banco do Brasil	42.516	442.267
<u>Aplicações financeiras:</u>	1.341.150	-
Banco do Brasil	-	-
Santander	1.334.150	-
Títulos de capitalização curto prazo	7.000	-
	1.386.714	445.315

6. CLIENTES

	31.12.2025	31.12.2024
	R\$	R\$
Cientes – Valores a faturar	408.584	4.412.688
	408.584	4.412.688

O grupo de Clientes – Valores a faturar corresponde ao reconhecimento da receita de prestação de serviços conforme a realização em campo e suas medições, obedecendo ao regime de competência. Não existem valores vencidos em relação ao ano de 2025, uma vez que as contraprestações são faturadas com a prévia autorização do poder concedente sempre no mês subsequente ao da competência, desta forma não há provisões para perdas de títulos de liquidação duvidosa reconhecidas.



7. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Está representado por gastos correspondentes a obras e serviços executados no objeto do contrato com a Prefeitura do Município de Teresina - PI, no montante de R\$ 201.500.454 (R\$ 202.470.225 em 31 de dezembro de 2024), com previsão de realização de R\$ 32.765.880 no próximo exercício e R\$ 168.734.574 após o exercício seguinte. Os valores são recebidos em contraprestações futuras conforme previsto no Contrato de Concessão.

O ativo de contrato de concessão é constituído com a execução dos investimentos previstos nos contratos de parceria público privado. Posteriormente, o ativo de contrato é atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato (“TRAC”) e amortizado pelo recebimento de contraprestações. No início de cada contrato é estimada pela Companhia a TRAC por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

São classificados em curto e longo prazo de acordo com as contraprestações a serem recebidas durante a vigência da concessão. Foi mantido os valores do ativo de contrato no curto prazo pela estimativa do recebimento das contraprestações de modo a não ultrapassarem 12 parcelas.

7.1. Composição do ativo de contrato de concessão

	31.12.2025	31.12.2024
	R\$	R\$
Constituição do ativo de contrato	221.918.056	205.964.275
Juros sobre ativo de contrato	61.925.681	46.256.814
Atualização monetária sobre ativo de contrato	38.550.646	38.221.790
(-) Recebimento de juros de juros e atualização	(120.893.929)	(87.972.654)
	201.500.454	202.470.225
Ativo circulante	32.765.880	31.433.814
Ativo não circulante	168.734.574	171.036.411

7.2. Movimentação do ativo de contrato de concessão

	31.12.2025
	R\$
Saldo inicial	202.470.225
Adições (receita de construção)	15.953.780
Juros e atualização financeira	15.997.723
Recebimento através da CIP (*)	(32.921.275)
Saldo final	201.500.454
TRAC (**)	19,21% a.a.



7.3. Serviços de construção

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Receita de construção	15.953.780	41.242.753
Custos de construção	(15.953.780)	(41.242.753)

8. TRIBUTOS A COMPENSAR / RECUPERAR

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
COFINS a recuperar	-	9.327
PIS a recuperar	-	3.003
IRPJ a recuperar	1.053.461	1.367.599
CSLL a recuperar	177.221	122.271
INSS retenção	132.209	-
Outros de menores valores	164	-
	<u>1.363.055</u>	<u>1.502.200</u>

9. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>Circulante:</u>		
Seguros a apropriar	31.990	30.878
	<u>31.990</u>	<u>30.878</u>
<u>Não circulante:</u>		
Custos iniciais de elaboração de projetos (i)	1.872.612	2.000.290
	<u>1.872.612</u>	<u>2.000.290</u>

(i) Refere-se a estudos de viabilidade do projeto realizados pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento, contratado pela prefeitura de Teresina-PI e que seria de responsabilidade do vencedor da licitação, conforme previsto no edital. Esta despesa com o pagamento do projeto que será amortizado linearmente até o final do contrato de PPP.

10. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>Circulante:</u>		
Adiantamentos a fornecedores	583.493	504.338
Adiantamentos a funcionários	24.444	31.386
	<u>607.937</u>	<u>535.724</u>
<u>Não circulante:</u>		
Adiantamentos a fornecedores	-	16.126.268
Títulos de capitalização	7.000	-
	<u>7.000</u>	<u>16.126.268</u>



11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS

Durante o exercício de 2025 a Companhia optou pelo regime de Lucro Real Anual, assim como em 2024. Neste regime, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada a partir do lucro contábil, acrescido de ajustes (adições e exclusões) requeridos pela legislação tributária na apuração dos tributos do ano corrente. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no cálculo de imposto de renda e a contribuição social corrente não houve saldo a pagar na apuração e, em razão da existência de bases fiscais negativas a compensar, foram reconhecidos valores de IRPJ e CSLL diferidos:

IRPJ e CSLL Diferidos - Ativo	31.12.2025
	R\$
Prejuízo fiscal acumulado em 31.12.2025	51.514.981
IRPJ (15%)	7.727.247
Adicional 10% acima de R\$ 20.000/mês	5.151.498
IRPJ Diferido (25%)- Ativo	12.878.746
CSLL Diferido - Ativo (9%)	4.636.348
IRPJ e CSLL Diferidos - Ativo	17.515.094

12. IMOBILIZADO

Está representado por:

	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Total
Em 31 de dezembro de 2024	17.138	46.376	83.814	147.328
Depreciação	(2.994)	(6.339)	(45.458)	(54.791)
Em 31 de dezembro de 2025	14.144	40.037	38.356	92.538
Custo	29.935	59.115	256.921	345.971
Depreciação acumulada	(15.791)	(19.077)	(218.565)	(253.433)
Saldo contábil líquido 31.12.2025	14.144	40.038	38.356	92.538
Custo	29.935	59.115	256.921	345.971
Depreciação acumulada	(15.791)	(19.077)	(218.565)	(253.433)
Saldo contábil líquido 31.12.2025	14.144	40.038	38.356	92.538



13. FORNECEDORES

	31.12.2025	31.12.2024
	R\$	R\$
Circulante:		
Fornecedores nacionais (i)	1.036.154	633.030
Fornecedores - Contratos a realizar (ii)	15.619.162	18.454.921
	16.655.316	19.087.951
Não circulante:		
Fornecedores - Contratos a realizar (ii)	110.302.583	132.428.851
Total de fornecedores	110.302.583	132.428.851

(i) Refere-se a fornecedores de materiais para manutenção do parque de iluminação pública da cidade de Teresina-PI.

(ii) Refere-se as medições das obras realizadas do prestador de serviços responsável (*EPC-Engineering, Procurement, Construction*) pelo projeto de implantação de todas as luminárias no parque de iluminação pública da cidade de Teresina-PI, conforme contrato de construção firmado com a Construtora Luz de Mauá Ltda. O contrato tem prazo para pagamento em 60 meses e não há juros remuneratórios.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31.12.2025	31.12.2023
	R\$	R\$
Salários a pagar	104.014	120.638
INSS	95.157	94.041
FGTS	21.171	29.290
Empréstimo consignado - FGTS	11.381	-
Pensão alimentícia a pagar	292	529
Contribuição sindical	-	2.275
	232.015	246.773

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31.12.2025	31.12.2024
	R\$	R\$
COFINS	79.176	21637
PIS	15.746	4.436
ISS	440.007	400.768
PIS/Cofins/CSLL retenção	1.167	1.247
IRRF folha de pagamento	1.497	1.218
IRRF fornecedores	533	402
IRRF fornecedores	538.126	429.708



16. TRIBUTOS DIFERIDOS SOBRE OPERAÇÕES

	31.12.2025	31.12.2024
	R\$	R\$
<u>Circulante:</u>		
COFINS diferido sobre operações	31.172	-
PIS diferido sobre operações	6.768	-
	37.940	-
<u>Não circulante:</u>		
IRPJ diferido (i)	7.821.468	5.053.828
CSLL diferido (ii)	2.815.728	1.819.378
COFINS diferido (iii)	3.613.756	3.202.106
PIS diferido (iv)	593.045	527.855
	14.843.997	10.603.167
IRPJ e CSLL Diferidos - Passivo		R\$
<u>Exclusões de diferenças temporárias:</u>		
Variação monetária diferida mensal		19.045.442
		19.045.442
<u>Adições de diferenças temporárias:</u>		
Total de adições LALUR		(7.974.884)
		(7.974.884)
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos		11.070.559
IRPJ (25%)		2.767.640
Saldo IRPJ diferido ano anterior		5.053.828
IRPJ diferido (i)		7.821.468
CSLL (9%)		996.350
Saldo CSLL diferido ano anterior		1.819.378
CSLL diferido (ii)		2.815.728
COFINS e PIS Diferidos - Passivo		R\$
<u>Exclusões de diferenças temporárias:</u>		
Variação monetária diferida mensal		19.045.442
		19.045.442
<u>Adições de diferenças temporárias:</u>		



Total de adições LALUR	(7.974.884)
	<u>(7.974.884)</u>
Base de cálculo PIS e COFINS diferidos	11.070.559
COFINS s/ receita financeira (4%)	442.822
Saldo COFINS diferido ano anterior	3.202.106
COFINS diferido (iii)	3.644.928
Circulante	31.172
Não circulante	3.613.756
PIS (0,65%)	71.959
Saldo PIS diferido ano anterior	527.855
PIS diferido (iv)	599.813
Circulante	6.768
Não circulante	593.045
Total Impostos Diferidos - Passivo	14.881.938

17. PROVISÕES TRABALHISTAS

Corresponde à provisão de férias considerando os valores vencidos e proporcionais até a data do balanço, acrescidos dos encargos sociais, no valor de R\$ 390.351 (R\$ 295.921 em 31 de dezembro de 2024).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 40.000.000, representado por 40.000.000 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizadas, com valor nominal de R\$ 1 (um real).

Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31.12.2025 e 2024		
	Número de ações	Valor R\$	% Particip.
Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda	20.000.000	20.000.000	50,00%
FM Rodrigues e Cia Ltda	20.000.000	20.000.000	50,00%
	40.000.000	40.000.000	100,00%



18.2. Reserva legal

O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado no período, deverão ser destinados 5% para constituição de reserva legal, desde que não exceder a 20% do capital social. No encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2025 a Companhia constituiu o valor de R\$ 396.086 (R\$ 577.852 em 31 de dezembro de 2024) mantendo saldo de R\$ 2.508.616 de reserva legal.

18.3. Dividendos a pagar

Em 2025 foram distribuídos dividendos no montante de R\$ 8.000.000, referentes a: i) valor de R\$ 6.903.054 provisionado em exercícios anteriores para pagamento e; ii) valor de R\$ 1.096.946 cuja distribuição foi deliberada no exercício de 2025, com utilização de lucros acumulados até 31 de dezembro de 2024.

18.4. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia mantinha saldo de R\$ 32.848.353 de reserva de retenção de lucros. No encerramento do exercício de 2025 a Companhia constituiu o valor de R\$ 7.525.627 e retirou o valor de R\$ 1.096.946 para distribuição de dividendos, mantendo saldo de R\$ 39.277.033 em reserva de retenção de lucros.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31.12.2025	31.12.2024
	R\$	R\$
Receita bruta sobre serviços	14.317.092	12.900.938
Receita de construção	15.953.780	41.242.753
Remuneração sobre o ativo de contrato	15.997.723	19.860.740
Impostos sobre serviços	(2.246.695)	(1.874.614)
	44.021.900	72.129.817

20. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31.12.2025	31.12.2024
	R\$	R\$
Custos com Materiais e Insumos na Operação	13.733.525	5.723.273
Custo com pessoal	95.416	5.293.064
Custo com serviços de terceiros	-	6.634.250
Custo de construção	15.953.780	41.242.753
Amortização do ativo de investimento	-	127.678
	29.782.721	59.021.018



21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31.12.2025	31.12.2024
	R\$	R\$
Despesas com pessoal	-	1.597.876
Mão de obra terceirizada	-	1.962.689
Consultoria de Gestão Empresarial	170.672	89.004
Honorários advocatícios e custas legais e judiciais	176.247	5.473.777
Honorários de Engenharia	-	289.994
Manutenção e conservação de instalações	56.463	-
Manutenção e conservação de veículos	136.082	-
Reformas e reparos de obras civis	-	179.386
Impostos, taxas e contribuições	-	548.591
Energia, água, telefone e Internet	35.149	202.021
Aluguéis de Imóveis, veículos e Equipamentos	272.229	608.452
Material de escritório e de consumo e limpeza	85.543	-
Despesas de informática	361.957	140.098
Viagens e estadias	276.523	381.838
Frete e carretos	47.748	-
Refeições e lanches	45.279	-
Compra de bens de pequeno valor	24.583	820
Correios e telégrafo	13.118	-
Outras despesas	33.512	381.088
	1.735.105	11.855.634

(*) Refere-se a serviços advocatícios contratados para defesa de nulidade do contrato de concessão, conforme mencionado na nota 1.

22. RECEITAS / (DESPESAS) FINANCEIRAS

	31.12.2025	31.12.2024
	R\$	R\$
<u>Receitas Financeiras:</u>		
Rendimentos de aplicação financeira	-	469.022
Juros ativos	122.932	20.593
Descontos obtidos	132	18.065
	123.064	507.680
<u>Despesas Financeiras:</u>		
Despesas bancárias	(10.305)	(11.045)
Juros passivos	(26.320)	(32.375)
IOF	-	(4.223)
	(36.625)	(47.643)
	86.439	460.037



23 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Lucro líquido do exercício	7.921.713	11.557.042
Média ponderada de ações em circulação	40.000.000	40.000.000
Resultado por ações - básico - R\$	<u>0,198</u>	<u>0,289</u>

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação – diluído conforme requerido pelo CPC – 41, em razão de não existir fatores de diluição.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

25.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. O valor de mercado dos instrumentos financeiros se aproxima do valor justo no encerramento do período do saldo contábil, motivo este de estarem demonstrados abaixo somente o saldo contábil:

		<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
	Categoria	Vr contábil R\$	Vr contábil R\$
Ativos financeiros:			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1.386.714	445.315
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	408.584	4.412.689
Ativo financeiro	Custo amortizado	201.500.454	202.470.225
Passivos financeiros:			
Fornecedores	Custo amortizado	126.957.899	151.516.802



25.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

25.3.1. Risco de mercado:

a) Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que não existe risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa por não ter passivos vinculados as taxas de juros no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

b) Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

c) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

d) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifária.

26. CONTINGÊNCIAS

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda e demais obrigações acessórias entregues no último ano estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2025, e não há processos tributários conhecidos contra a Companhia, razão pela qual a Administração optou por não constituir a provisão sobre tributos relacionados a prestação de serviços continuados no encerramento do exercício de 2025. A Companhia também não possui ações judiciais e administrativas de natureza cível e trabalhista, que poderiam ser consideradas como perdas possíveis ou perdas prováveis de natureza relevante.



27. REMUNERAÇÃO DE DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários não receberam em 2025 nenhum valor a título de pró-labore pelos serviços prestados, e a Companhia não fornece qualquer outro de benefício.

28. GESTÃO DE CAPITAL

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é salvaguardar a capacidade de continuidade das suas operações e oferecer retorno aos acionistas e demais partes interessadas.

A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, entre outros. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A estrutura de capital da Empresa é bastante conservadora.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 podem ser assim sumariados:

	31.12.2025	31.12.2024
	RS	RS
A - Total de fornecedores	126.957.899	151.516.802
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	1.386.714	445.315
C = (A - B) - Dívida líquida	125.571.185	151.071.487
D = Total do patrimônio líquido	81.785.649	74.960.882
E = (C + D) - Capital total	207.356.834	226.032.369
C/E = Índice de alavancagem financeira	60,56%	66,92%

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia, com base na avaliação de seus consultores, mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As coberturas de seguros são:

Serviços segurados	Período de /Vigência	Cobertura RS
Responsabilidade civil	08/2025 a 08/2026	5.000.000
Danos Morais	08/2025 a 08/2026	5.000.000
Responsabilidade civil do empregador	08/2025 a 08/2026	970,000
Total de cobertura		10.970.000



O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência de cobertura de seguros, o que foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.
